

AduFRJ

1350 • 14 de fevereiro de 2025 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

ARTE: ANDRÉ HIPPERTT/FREEPIK



TRUMP VADER

O IMPÉRIO CONTRA A CIÊNCIA

Pacote anticiência de Trump já atinge projetos no Brasil

> Censura e corte de verbas impostos pelo presidente dos EUA congelam programas, interrompem colaborações e suspendem bolsas. Docentes da UFRJ são afetados. Professor da UFMG faz denúncia

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

O cerco à Ciência imposto pelo presidente norte-americano Donald Trump desde a sua posse, em 20 de janeiro, já produz efeitos nocivos no Brasil. Em menos de uma semana, o Jornal da AdUFRJ identificou três casos de pesquisadores brasileiros impactados pelas medidas de retenção de verbas e restrição à autonomia de agências de fomento e instituições de pesquisa dos Estados Unidos (veja na página 3 as principais medidas).

Dois casos envolvem professores da UFRJ. O mais grave é o de uma docente do Instituto de Física — a pedido dela, seu nome não é divulgado. Ela estava de malas prontas para passar um ano em uma universidade dos EUA como visitante, com bolsa de pós-doc da National Science Foundation (NSF), e já tinha pedido seu afastamento da UFRJ. Mas, esta semana, recebeu uma mensagem da NSF dizendo que a bolsa tinha sido suspensa. “A bolsa fazia parte de um projeto da NSF e esses projetos estão passando por revisão para se adequarem às ordens do novo governo”, lamentou a docente, que tem esperança de que a bolsa seja liberada após a revisão.

O segundo exemplo é um caso de autocensura. Um professor de um instituto ligado ao CCJE deu entrevista ao Jornal da AdUFRJ na terça-feira (11). Entre outras reflexões, ele afirmou que “as recentes restrições impostas pelo governo Trump à ciência representam um ataque direto à liberdade acadêmica e à autonomia das instituições de pesquisa”. Na quarta (12), o professor fez um pedido ao repórter: “Acabe de saber que recebi uma bolsa para fazer pós-doutorado nos Estados Unidos. Confesso que estou com receio, pela bolsa ser do governo americano, e prefiro que minha entrevista não seja publicada”.

PROJETO CENSURADO

Se os dois casos da UFRJ envolvem bolsas de pós-graduação, o da UFMG tem relação direta com um projeto financiado. Os professores Marco Antônio Sousa Alves e Lorena Martoni, da Faculdade de Direito da UFMG, contemplados em 2024 com uma bolsa da agência Fulbright, foram informados sexta-feira passada (7) de que o projeto teria de ser alterado.



ARTE: ANDRÉ HIPPERT/FREEPIK

As mudanças — entre elas a supressão de termos como “Human Rights” e “oppressions of gender, class, and race” — mutilariam o projeto e os autores não as aceitaram (leia entrevista com o professor Marco Alves na página 4).

A Fundação Fulbright foi criada em 1946 nos Estados Unidos e atua desde 1957 no Brasil. A principal fonte de financiamento da Fulbright é uma verba anual do Departamento de Estado dos EUA. Os recursos da agência sofrem restrições impostas pelo governo Trump.

A Fulbright informou que “consultas sobre esse assunto estão sendo tratadas diretamente com a Embaixada dos EUA”. Já a assessoria de imprensa da Embaixada dos Estados Unidos informou que, tanto a embaixada quanto os consulados, “estão revisando os programas e parcerias para garantir que estejam alinhados com a política externa dos EUA e de acordo com a agenda America First”.

SILÊNCIO E REAÇÃO

O temor de perder bolsas ou ter projetos interrompidos é uma das consequências mais visíveis do pacote trumpista. Pesquisador com larga experiência em colaborações internacionais, o professor Pedro Lagerblad, do IBqM/UFRJ, acredita que seus colegas nos Estados Unidos estejam sendo monitorados. “Tenho até receio de falar algumas coisas por telefone com eles. Há um sentimento de perplexidade. Para quem trabalha com temas ligados a minorias ou equidade de gênero, por exemplo, é muito difícil. Essa turma está na primeira linha de embate. A capacidade de reação das pessoas ainda é pequena”, avalia Pedro.

A presidenta da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, vê a situação com indignação. Com pós-doutorado na University of Southern California (1977) como bolsista do National Institute of Health (NIH) — atingido diretamente

pelas medidas de Trump —, ela vislumbra tempos sombrios. “O que me preocupa, entre outras questões, é que há um ambiente persecutório. E você vê um silêncio cênscipuo nos Estados Unidos. As manifestações contrárias são de fora de lá. Tudo é muito assustador, mas também me assusta o silêncio”.

Entre os mais firmes posicionamentos está o da revista

britânica Lancet, uma das mais conceituadas no meio científico. Em editorial de 8 de fevereiro, intitulado “Caos americano: em defesa da saúde e da medicina”, a Lancet sustenta que a comunidade científica não pode aceitar passivamente as medidas: “É imperativo que as instituições de saúde não se deixem amealrontar e confrontem as políticas nocivas do presidente americano. Este momento é um teste. Como nossa comunidade deve reagir? O resultado imediato tem sido confusão, perturbação e desorientação, mas a resposta não pode ser ditada pelo medo ou pela resignação”.

Superintendente geral de pós-graduação e pesquisa da UFRJ, o professor Felipe Rosa também estranha a falta de reação nos Estados Unidos. “Passei três anos no Laboratório Nacional de Los Alamos, e não havia nada nem remotamente parecido com o que está acontecendo com Trump. Fazíamos discussões francas, com muitos estrangeiros, sem interferências. É chocante ver isso acontecendo com universidades. Está faltando um mínimo de resistência. O conformismo de muitas pessoas envolvidas faz lembrar o nazismo, que também contou com uma aprovação progressiva e silenciosa. A reação tem sido muito pacífica”, diz Felipe.

Professor emérito da UFRJ, Ricardo Medronho acredita que Trump queira impor uma agenda de extrema direita à produção intelectual norte-americana. “Essa cartilha determina que sejam atacados professores universitários, universidades públicas e centros de pesquisa, pois, em sua visão distorcida da realidade, ele acredita que professores e pesquisadores são comunistas e que, por isso, precisam ser combatidos. Surpreende-me a fragilidade das universidades, centros de pesquisa e de ajuda humanitária dos Estados Unidos, pois todas estão seguindo fielmente as determinações do Trump”, diz

Medronho. “Isso nunca aconteceria nas universidades públicas brasileiras, pois temos autonomia”, complementa.

TRISTEZA E RECEIO

De forma geral, os cientistas brasileiros temem que a retenção de recursos e a suspensão de programas possam ruir com pesquisas em curso. Fundador e professor titular do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem/UFRJ), Francisco Esteves vê com preocupação as restrições impostas à NSF. “É uma instituição que há décadas mantém intercâmbio com o Brasil, fomenta a instalação e manutenção de equipamentos, e a compra de materiais para a área de Ciências Biológicas, por exemplo. Grande parte dos pesquisadores da UFRJ e do Brasil vai para os Estados Unidos para se qualificar e volta para cá para formar novos profissionais. É motivo de muita tristeza para toda a comunidade científica brasileira”, lamenta Esteves.

Diretor da AdUFRJ e também do Nupem, Rodrigo Fonseca concorda: “É muito grave porque os Estados Unidos recebem muitos brasileiros. Recentemente, o CNPq abriu um edital de colaborações do Brasil com outros países, muitas delas com os Estados Unidos. E há realmente uma caça às bruxas por lá, muitos professores têm medo até de receber e-mails com certos termos que passaram a ser monitorados”.

Para o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, as medidas compõem “uma ofensiva contra o conhecimento, uma oposição à verdade científica”. Em editorial no Jornal da Ciência, da SBPC, em 24 de janeiro, ele destaca: “Se uma potência como os Estados Unidos caminha para o obscurantismo e dominância de poder, cabe à Ciência, cada vez mais, lutar e conscientizar sobre o papel político e o impacto social de sua governança”.

Na visão da pesquisadora Natalia Pasternak, professora da Universidade de Columbia (EUA) e presidente do Instituto Questão de Ciência, os reflexos das medidas para o mundo são imensuráveis. “Tudo o que acontece com os cortes de agências norte-americanas vai afetar o resto do mundo. Cortes no NIH afetam desenvolvimento de colaboração científica. A própria vacina da dengue do Butantã foi desenvolvida em parceria com o NIH. É triste e de uma crueldade ímpar: imagine quantos programas de AIDS, malária e tuberculose na África simplesmente pararão de existir?”, questiona.

EM 25 DIAS, UMA AVALANCHE DE MEDIDAS OBSCURAS

Entre anúncios de impacto internacional imediato, como a retirada dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde (OMS), e de largo alcance interno, como o fechamento de agências e programas que atingem mais de 9 mil servidores, o pacote anticiência de Donald Trump assombra o mundo pelo obscurantismo e a truculência. Assim como ordenou por decreto retirar referências às temáticas LGBTQIA+ e de equidade de gênero de bancos de dados e sites oficiais, o mandatário norte-americano

suspendeu programas de ajuda humanitária e pesquisas relacionadas às mudanças climáticas. Também por meio de decreto, Trump “decidiu” que, agora, os Estados Unidos reconhecem apenas os gêneros masculino e feminino, e que passam a ser proibidas palavras e expressões como “discriminação”, “racismo”, “minorias” e “inclusão”. Veja a seguir algumas das medidas que vão nortear a política para a Ciência da mais poderosa nação do planeta pelos próximos quatro anos.

✓ SAÍDA DA OMS E RUPTURA COM ACORDO CLIMÁTICO DE PARIS

Os EUA se retiraram da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, pela segunda vez, do acordo climático de Paris. Assinado por diversos países, o tratado tem como objetivo reduzir as emissões de gases do efeito estufa e limitar o aquecimento global. Trump já havia retirado o país do acordo em seu primeiro mandato, mas a decisão foi revertida por Joe Biden em 2021.

✓ CORTE DE RECURSOS DE PESQUISA E CONTROLE DA IMPRENSA

Órgãos como os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, em inglês) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), passam a atuar com restrições como a suspensão da publicação de relatórios e comunicados, a proibição de contato com a imprensa e o congelamento de recursos e programas de pesquisa.

✓ VETO DE EXPRESSÕES INCLUSIVAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Pesquisadores do CDC foram instruídos a não publicar relatórios ou estudos científicos que contenham palavras consideradas “proibidas” ou problemáticas pela administração Trump, como “gênero”, “LGBT”, “transgênero”, “diversidade” e “inclusão”. Um e-mail da direção da agência aos pesquisadores no fim de janeiro trazia até um texto pronto para que eles justificassem os pedidos de retratação de artigos já submetidos para publicação em revistas científicas: “Em consonância com a Ordem Executiva do Presidente intitulada ‘Defendendo as Mulheres do Extremismo da Ideologia de Gênero e Restaurando a Verdade Biológica ao Governo Federal’, estou me retirando como coautor desta submissão”.

✓ RETIRADOS DO AR SITES OFICIAIS SOBRE VACINAS E DSTS

Bancos de dados e páginas oficiais com orientações sobre vacinas, vírus e doenças sexualmente transmissíveis,



ARTE: ANDRÉ HIPPERT/FREEPIK

por exemplo, foram retirados “preventivamente” do ar para serem revisados de acordo com as diretrizes da administração trumpista.

✓ BANIDAS REFERÊNCIAS A COTAS RACIAIS E POLÍTICAS DE GÊNERO

Órgãos oficiais retiraram de suas home pages referências a políticas de igualdade raciais e de diversidade de gênero.

✓ REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM PROGRAMAS AMBIENTAIS

Agências como National Science Foundation (NSF), National Institute of Health (NIH) e National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) sofreram cortes orçamentários severos, por um período inicial de 90 dias. O NIH anunciou mudanças na política de bolsas, reduzindo o limite de gastos com “custos indiretos” para 15%. Esses

custos englobam energia, água, laboratórios, equipamentos e equipe administrativa, por exemplo. O impacto imediato é de US\$ 4 bilhões. A medida entraria em vigor na segunda-feira (10), mas foi suspensa por liminares da Justiça em 22 estados. O governo deve recorrer.

✓ AFASTAMENTO DE SERVIDORES DOS PROGRAMAS DE DIVERSIDADE

Fechamento dos programas de diversidade do governo federal, reunidos na agência DEIA (Diversidade, Equidade, Inclusão, Acessibilidade), com a colocação dos funcionários em licença remunerada.

✓ SUSPENSÃO DE PESQUISAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Suspensão das pesquisas que envolvam mudanças climáticas, políticas de igualdade racial e políticas LGBTQIA+, entre outros temas. “A partir de hoje, a política governamental dos Estados Unidos é que existem apenas dois gêneros: masculino e feminino”, afirmou Trump em discurso no Capitólio, após tomar posse.

✓ FECHAMENTO DA AGÊNCIA GOVERNAMENTAL USAID

O presidente confirmou no dia 4 de fevereiro que vai fechar a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês). Segundo a ONU, o órgão é responsável por cerca de 40% de toda a ajuda humanitária no mundo.

✓ PROIBIÇÃO DE PALAVRAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Há uma lista de palavras proibidas em documentos oficiais. Um relatório publicado pelo Washington Post, com base em informes internos da NSF, lista os termos “Mulheres”, “Gênero”, “Diversidade”, “Discriminação”, “Igualdade”, “Discurso de ódio”, “Racismo”, “Minorias”, “Trauma” e “Inclusão”. Mas a lista é bem mais ampla, como se pode ver pelo exemplo da “revisão” feita no projeto original da UFMG.

MAYRA GOULART: “SINDICATO DEVE SER ESPAÇO DE ACOLHIMENTO NA ERA TRUMP”

Para a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, o cerco à Ciência e aos cientistas promovido pelo governo Trump tem também como alvo os servidores públicos, e vai exigir união do campo progressista. “Serão dias difíceis, precisamos estar juntos. Nesse cenário, a AdUFRJ e os sindicatos são locais de acolhimento e defesa dos professores e professoras”, diz Mayra.

Na terça-feira (11), Donald Trump assinou mais um de-

creto que afeta a administração federal norte-americana. A medida amplia os poderes do novo Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês), comandado pelo bilionário Elon Musk e, entre outras diretrizes, condiciona novas contratações por agências federais a consultas ao departamento, que terá indicados em todos os setores da administração. Mais de 9 mil funcionários federais dos EUA já foram afetados pelos cortes anunciados pelo governo Trump.

Pesquisadora e professora de IFCS/UFRJ, Mayra Goulart acredita que a volta de Trump ao poder estimule a perseguição ao campo progressista, inclusive no Brasil e, sobretudo, com a aproximação das eleições presidenciais do ano que vem. “Está sendo incentivada a delação, principalmente em relação a pesquisas que tratem do núcleo de diversidade e equidade. Eu sou uma cientista, trabalho na universidade e penso que isso está no nosso horizonte. Não é

algo que está acontecendo só nos Estados Unidos e, portanto, muito distante de nós”, alerta.

A presidenta da AdUFRJ menciona casos concretos de monitoramento e perseguição de pessoas ligadas ao campo progressistas no Brasil, como o da professora Lígia Bahia (destaque da edição anterior do jornal) e dá outros exemplos. “Aqui nós temos a ocupação de cargos em secretarias de estaduais de Educação e de Ciência e Tecnologia por quadros do PL. É um

processo que está em curso e que pode ser radicalizado até as eleições do ano que vem. Nós, do campo progressista, temos que nos unir e pensar em estratégias para enfrentar isso. O sindicato é um dos poucos espaços aos quais estes cientistas poderão recorrer. Ainda mais um sindicato como a AdUFRJ, que está conectado às entidades científicas e que tem entre seus diretores e ex-diretores pessoas ativas na comunidade científica”.

ENTREVISTA | MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES, PROFESSOR DA UFMG

“NÃO POSSO ACEITAR ISSO CALADO. TENHO QUE DENUNCIAR”

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

O professor Marco Antônio Sousa Alves tomou um susto quando recebeu seu projeto “revisado” pela agência de fomento norte-americana Fulbright. Intitulado “O dilema da teoria crítica do Direito: desafios contemporâneos”, o projeto teve seu texto original alterado. Várias palavras e expressões estavam cortadas e teriam que ser substituídas para que o projeto tivesse garantido seu financiamento.

Os autores — além de Marco, a professora Lorena Martoni, também da UFMG — se indignaram com as alterações. “O projeto ficaria todo

descharacterizado”, diz Marco, que é professor de Teoria e Filosofia do Direito e do Estado da federal mineira, onde é subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito. Doutor em Filosofia pela UFMG (2014), com estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), Marco é também vice-presidente do APUBH, o sindicato dos professores da UFMG, e acha que o momento é de resistência ao pacote anticência trumpista. Nesta entrevista, ele revela os bastidores da censura ao projeto e afirma que a academia e as instituições científicas não podem aceitar a “cruzada censória” de Trump.



ARQUIVO PESSOAL

■ Jornal da AdUFRJ - Como começou a relação com a agência Fulbright?

● **Marco Antônio** - No ano passado houve uma chamada da Fulbright para um programa de cátedra de curta duração, o Fulbright Specialist Program, no qual podemos convidar um professor norte-americano para ficar de 15 a 45 dias aqui no Brasil. Eu e a Lorena (Martoni) submetemos um projeto para trazer o professor Bernard Harcourt, da Universidade de Columbia, um teórico crítico especialista em Michel Foucault. O projeto foi contemplado, estava tudo certo.

■ Até que Donald Trump assumiu...

● E mudou tudo. A gente já estava agendando a vinda dele, que seria em abril, mas na sexta-feira passada (7) a gerente da Fulbright Brasil entrou em contato, muito constrangida, dizendo que tínhamos que fazer adequações no projeto. No primeiro momento, ela deu a entender que era uma mera formalidade para atender à nova diretriz do governo norte-americano. E que, feitos os ajustes, o projeto poderia prosseguir sem problemas.

■ E que ajustes eram esses?

● Quando ela enviou o projeto glosado por e-mail é que nós percebemos o absurdo da situação. Termos como “human rights”, “oppressions of gender, class, and race”, “crisis of democratic principles”, “social emancipation”, “systems of oppression”, “promotion of social justice”, “ecological crisis” e até “cross-cultural interactions” foram cortados. Sobrou pouca coisa do original, foi censura do início ao fim. Como um projeto de ciência social não pode investigar questões de raça, classe, gênero? É uma loucura, uma situação bizarra.

■ E qual foi a reação de vocês depois da censura?

● Conversei com a Lorena e a gente entendeu que o melhor era denunciar isso. Não é possível ignorar, como se nada estivesse acontecendo. Porque isso vai virar uma escalada. Não posso me esconder em relação a isso. A gerente da Fulbright está numa situação difícil, ela está tentando salvar os projetos que

foram contemplados aqui no Brasil. Mas isso é uma mutilação.

■ Ela deve estar sendo pressionada como estão outros agentes do governo, não?

● Sim. As delações estão sendo incentivadas. Entre os pesquisadores estrangeiros, por exemplo, há receio de que vistos possam ser revistos, além de financiamentos cortados. Entendo a situação de vários colegas que dependem da Fulbright e que ficam calados porque

têm medo de perder a bolsa, precisam terminar o doutorado, estão morando no exterior, com a família toda lá. Eles ficam com medo de falar e serem prejudicados. Eu não dependo da Fulbright para nada. Se o projeto perder o financiamento, a vida segue. Não posso aceitar isso calado. Tenho que denunciar.

■ A reação às medidas ainda é tímida, sobretudo nos Estados Unidos. E sua postura vai contra esse silêncio. O caminho é resistir?

● Eu entendo, e é o que eu estou tentando fazer, que o melhor é uma reação, uma resistência pública e imediata para tentar fazer o governo Trump recuar. O caminho não é aceitar os termos que eles estão imputando, que são inconsistentes, inclusive. Eu acho que as pessoas que estão em condição de falar, e esta é a minha condição, têm que fazer isso e tentar fazer eles recuarem. Eu acho que é um precedente muito perigoso ser permissivo com essa cruzada censória de Trump.

Project

Title of Project

The Critical Law Theory Dilemma: Contemporary Challenges

What Academic Field/Employment Sector is the focus of this project?

Law

What specific specializations within your Academic Field/Employment Sector best match the focus of your project? (Please select up to five specializations)

Civil and Human Rights Law; Comparative Law; Constitutional Law and Theory; Cyberlaw and Technology; Jurisprudence

One of the main challenges facing Critical Legal Theory today concerns the reconciliation between the epistemological assumptions of critique and the demands of praxis to change power relations. This is because, on the one hand, radical critique acknowledges the law as a structure historically linked to a system of domination relations that intersect different kinds of **oppressions of gender, class, and race**. In these terms,

Faced with this finding, it is a task for the Critical Legal Theory to inquire to what extent it is still possible to strategically use the instruments of **Human Rights, especially in times of the global emergence of the far-right and crisis of democratic principles**. With this in mind, the Graduate Program in Law at UFMG seeks an expert in the area of Critical Theory studies who has, simultaneously, experience with **militant legal practice in the contemporary field of Human Rights who can share their experience and methodological tools providing elements for the construction of a solution to this dilemma in a comparative perspective between the USA and Brazil**.

Docentes se surpreendem com cobrança do TCU

> Tribunal determinou que cem aposentados devolvam valores relativos ao pagamento da URP. Montantes podem chegar a R\$ 100 mil. Jurídico do ADUFRJ está assessorando os professores

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O professor emérito Erasmo Ferreira ficou estupefocado ao abrir seu e-mail, no último dia 5. O titular aposentado do Instituto de Física estava sendo notificado pela pró-reitoria de Pessoal a devolver R\$ 96 mil aos cofres públicos. E, a exemplo dele, aproximadamente mais cem colegas já receberam ou receberão em breve o duro comunicado.

A justificativa da administração central é que, de forma indevida, o grupo teria recebido valores mensais relativos à Unidade de Referência e Padrão (URP) de 26,05%, de 1989. Ainda na década de 90, diversos sindicatos — entre eles, a AdUFRJ — ingressaram com uma ação judicial e conseguiram recuperar o índice, que não havia sido aplicado aos salários da época. A parcela passou, então, a constar dos contracheques.

Porém, em 2020, uma determinação do Tribunal de Contas da União exigiu a suspensão do

pagamento aos professores da UFRJ. O problema é que um pequeno grupo de docentes continuou recebendo a parcela.

“Eu não acompanho tão detalhadamente o meu contracheque. Não sabia que estava recebendo qualquer valor indevido”, defende-se Erasmo. O docente, de 95 anos, afirma que não houve qualquer tipo de má fé. “Eu não me apropriei desse valor de propósito. É um choque descobrir que devo essa quantia”, conta.

“A comunicação chegou no meu e-mail no dia 5. Depois, no dia 11, recebi o processo inteiro explicando as contas”, lembra. “São cobranças de lançamentos mensais no valor de R\$ 1.388 retroativos a quase seis anos. Gasto todo o meu salário. Parte substantiva com saúde, como todo aposentado”.

Assim que recebeu o informe, o professor buscou orientação jurídica na AdUFRJ. “Estou recorrendo aos advogados do sindicato para me ajudarem a solucionar esta questão”, aponta. “O susto foi grande. Se não aceitarem minha contestação administrativa, vou ter que pas-



SILVANA SÁ

INJUSTIÇA professor emérito Erasmo Ferreira “deve” R\$ 96 mil

sar quatro anos pagando R\$ 2.400 por mês”, conta.

A professora Glória Onelley, aposentada da Faculdade de Letras, também se indignou com a notícia de que teria que

ressarcir R\$ 49 mil. “Quando recebi o e-mail, achei que era fake. A comunicação chegou no meu e-mail pessoal e não no da UFRJ. Depois, entrei em contato com a PR-4 e entendi que se tratava

de devolução ao erário”, explica a docente.

Ela buscou ajuda do setor Jurídico da AdUFRJ e do Sintufjr, que preparou sua defesa. Agora, a professora aguarda uma nova comunicação da PR-4 que deverá informar o valor que será descontado do seu contracheque. “Fui instruída a aguardar essa comunicação para só então partir para um processo judicial”, afirma. “Eu não recebi a maior de propósito. Estou me sentindo penalizada por um erro que eu não cometi”.

Advogada da seção sindical, Mariana Lannes Lindenmeyer reforça a importância de os professores procurarem os advogados do sindicato tão logo recebam a comunicação. “Não reconheça qualquer suposto valor a devolver antes de receber a nossa orientação”, afirma.

A advogada explica que os casos precisam ser analisados um a um, pois há variação de tempo de recebimento e de valores cobrados. “Trabalhamos com várias teses de defesa dos docentes e estamos prontos para ingressar com ações administrativas e jurídicas, se necessário”.

NOTAS DO CONSUNI



ARQUIVO ADUFRJ

QUADRA INTERDITADA NO CAP

As aulas no Colégio de Aplicação começaram em 6 de fevereiro com um grande problema. Desde o fim de janeiro, a Defesa Civil interditou o muro do entorno da escola e parte da quadra interna por risco de desabamento. A situação repercutiu na primeira reunião do Conselho Universitário de 2025, nesta quinta-feira (13).

“É uma situação de prejuízo pedagógico imenso. Estamos falando de estudantes que não têm aula de Educação Física, de crianças que não podem

brincar dentro da escola. A escola é um espaço para brincadeiras também. E não estamos podendo garantir isso para nossas crianças”, disse a representante dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no colegiado, professora Sarah Menezes. “A gente precisa se mobilizar pela recomposição orçamentária e garantir investimentos em prédios essenciais para as atividades da nossa universidade”.

A universidade tenta resolver o problema há quase cinco anos, explicou o reitor Roberto Medro-

nho. Mas, desde julho de 2020, já houve a desistência de duas empresas contratadas para o serviço de reforma do espaço. “Desde 2020, a UFRJ está comprometida em disponibilizar os recursos necessários, a partir da negociação de emendas parlamentares e com orçamento próprio, para a reforma da quadra poliesportiva do CAP. Entretanto, o subfinanciamento das universidades federais impacta diretamente na capacidade de recuperação estrutural da UFRJ”.

O dirigente informou ainda que a UFRJ monitora sistematicamente a situação do muro com a equipe do Escritório Técnico da Universidade (ETU), que também já havia recomendado o isolamento da área. “O que foi feito imediatamente”, afirmou Medronho.

A reunião do Consuni trouxe pelo menos uma boa notícia para a comunidade do CAP. A vice-reitora Cássia Turci divulgou que será aberta uma licitação no dia 24 para viabilizar um espaço adequado para o segmento da educação infantil do colégio, no polo de biotecnologia da Cidade Universitária — desde o início de 2023, o anexo ao IPPMG que abrigava servidores e crianças foi interditado com graves problemas

estruturais e todos foram transferidos, de forma improvisada, para a sede do colégio na Lagoa. “Temos uma perspectiva de, no segundo semestre deste ano, estarmos com a escola funcionando. Não necessariamente em agosto, mas em algum momento do segundo semestre. O sorteio para as vagas do infantil já foi feito”, disse.

INSEGURANÇA NO FUNDÃO

Representante dos professores titulares do CCMN no Consuni, Roberto Faria leu uma carta aprovada na congregação do Instituto de Química, no dia 11, sobre a insegurança na Cidade Universitária, em especial nos meses de recesso acadêmico. O assunto foi destacado na edição anterior do Jornal da AdUFRJ. “Já está mais do que na hora de termos um planejamento de melhoria da segurança no nosso campus, principalmente nestes meses do ano, pela administração da UFRJ”, diz um trecho do documento.

O prefeito universitário Marcos Maldonado elencou uma série de medidas em estudo ou já em andamento para aperfeiçoar o sistema de segurança do campus, como o recente patrulhamento dos estacionamentos do CT e do CCS — o que não era atribuição

da Prefeitura — e instalação de novas câmeras de monitoramento. “Não estamos parados. Eu costumo dizer que é uma briga de gato e rato. Eles (criminosos) estudam nossa ações e nós estudamos as ações deles”, disse.

SISU E PIBIAC

A primeira chamada do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) apresentou um índice melhor para a universidade do que nos últimos anos. “Tivemos 65% de pré-matriculados dentro da nossa lista. Há cinco anos que não tínhamos uma performance semelhante no SiSU. Nós ficávamos por volta de 50% a 55% de procura. Já iniciamos a matrícula efetiva”, informou a pró-reitora de Graduação, professora Maria Fernanda Quintela, ao Consuni do dia 13.

A pró-reitora também anunciou que está disponível na página da PR-1 o edital do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC). “Por favor, não deixem de se inscrever e divulgar para os colegas”, disse. São 220 bolsas no valor de R\$ 700. As inscrições vão até o dia 17/02 (segunda).

RETRATO DRAMÁTICO DO ORÇAMENTO DA UFRJ

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Fundamentais para o desenvolvimento do país, as universidades não recebem orçamento adequado para a manutenção de suas atividades. O diagnóstico, bastante conhecido dentro da comunidade acadêmica, ganhou uma nova tribuna desde o último dia 9.

A crise financeira das instituições federais de educação superior, com destaque para a maior delas, é o principal tema do artigo “Custos sistêmicos do subfinanciamento da UFRJ e propostas corretivas”, divulgado pelo site Consultor Jurídico. No texto, a procuradora federal Flávia Corrêa Azeredo de Freitas faz um cuidadoso levantamento das dificuldades enfrentadas pela universidade e apresenta algumas propostas de solução para o debate.

Confira a seguir alguns dos principais trechos do artigo, distribuídos em tópicos criados pelo Jornal da AdUFRJ.



PLANEJAMENTO PREJUDICADO

“A deficiência orçamentária para custeio de despesas correntes é um problema grave em qualquer circunstância. Seja no ambiente familiar, empresarial ou administrativo, orçamento é instrumento de planejamento e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. A insuficiência de recursos para garantir a manutenção de serviços e bens essenciais é um fator que precisa de atenção e atuação corretiva.”

UNIVERSIDADE NÃO É PRIORIDADE

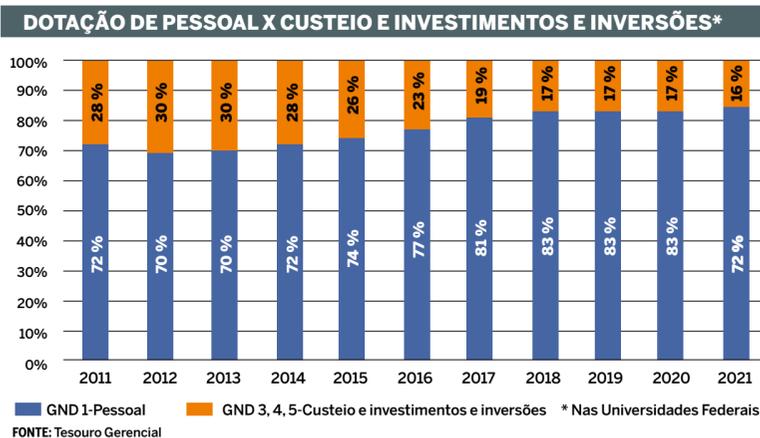
“No Brasil, a Constituição de 1988 (artigo 212) estabelece a destinação de um percentual mínimo de 18% da Receita Líquida de Impostos (RL) para a

educação. No que se refere aos estados e municípios, a parcela corresponde a 25%. Todavia, inexistem vinculações orçamentárias constitucionais ou legais que obriguem a administração pública a aplicar um percentual mínimo de suas receitas no ensino superior, como há para a educação básica.”



REDUÇÃO EXPRESSIVA

“Evolução do orçamento das IFES no período de 2011 a 2021 revela redução expressiva das despesas discricionárias, capaz de prejudicar a oferta e a expansão da educação profissional e tecnológica e do ensino superior público, assim como as atividades de pesquisa e extensão.”



TETO DE GASTOS

“Ações governamentais para se enquadrar no Teto de Gastos foram prejudiciais à educação superior e à educação profissional e tecnológica, diante da falta de priorização do setor.”

“Estudos sobre financiamento público do ensino superior apontam que, a partir de 2016, houve uma acentuada queda no orçamento discricionário, ou seja, aquele destinado ao custeio e investimento, excetuadas as despesas com pessoal.”



“O financiamento das universidades públicas federais ocorre por meio do Tesouro Nacional. As suas despesas, excluindo pessoal, são classificadas como discricionárias ou não obrigatórias; portanto, o limite orçamentário para essas despesas depende do volume de recursos disponíveis, dentro dos parâmetros econômicos e da meta de resultado fiscal.”

“As universidades e institutos federais têm pouca influência na formulação dos orçamentos anuais.”

FERNANDO SOUZA

REITOR ELOGIA DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE SOLUÇÃO APRESENTADOS NO ARTIGO

O artigo da procuradora Flávia Corrêa foi bem recebido na UFRJ. Ganhou divulgação no site e nas redes sociais da instituição e, durante o Conselho Universitário do dia 13, o reitor Roberto Medronho solicitou a distribuição do link do texto a todos os representantes de docentes, técnicos e estudantes no colegiado.

“Fiquei gratamente surpreso ao ler o artigo da doutora Flávia. Retrata a nossa realidade. Mostra que foi feito por uma pessoa que conhece profundamente

este sistema”, disse o dirigente ao Jornal da AdUFRJ.

Além do diagnóstico da crise, a procuradora aponta o modelo de financiamento da USP, Unicamp e Unesp — que recebem um percentual fixo sobre a arrecadação de ICMS do estado de São Paulo — como uma ideia a ser discutida para o aperfeiçoamento da legislação relativa às federais.

Medronho concorda com a proposta. “O modelo das estaduais paulistas é plenamente exitoso. Estão crescendo cada vez mais. Contribuindo para o

desenvolvimento do estado de São Paulo e prestando serviços relevantes para a sociedade brasileira. Lá, houve sensibilização para se investir na educação superior”, afirma. “Esta é uma discussão que o Congresso deve fazer. Mas nós, reitores, temos a obrigação de levar esse debate para a sociedade.”

Economista responsável pelos estudos do Observatório do Conhecimento — rede de associações docentes que defendem a universidade pública, hoje coordenada pela AdUFRJ —, Letícia



Inácio também avalia a proposta de forma positiva. Com uma ressalva: “A minha única preocupação com essa proposta é que a arrecadação tributária

depende, em grande parte, do nível de atividade econômica. Isto é, quando a economia vai bem, a arrecadação é alta. O contrário também é válido. Nesse caso,



NOVO ARCABOUÇO FISCAL

“O advento do novo arcabouço fiscal, ainda que se admita encontrar-se em fase de ajustes, não foi capaz de restabelecer a dotação suficiente à UFRJ para a manutenção e desenvolvimento das suas finalidades institucionais. Os noticiários recentes são prova dessa realidade.”

“Recursos de emendas parlamentares não beneficiam todas as instituições federais de ensino e há grande variação nos valores recebidos.”

BÁSICO CUSTA 40% DO ORÇAMENTO

“As despesas com água/saneamento, energia elétrica, limpeza/conservação e vigilância representaram para a UFRJ, em 2023, cerca de 40% do seu orçamento para custeio. É a maior proporção em comparação às outras quatro universidades federais que integram o Top 5:

UFRGS
30,4%

UFMG
26,45%

UFPR
24,46%

UFSC
34,6%”.

“Considerando apenas o custo de água/saneamento e energia elétrica no ano de 2023, a proporção na UFRJ (14,73%) se manteve a maior ante os 11% (UFRGS), 11,63% (UFMG), 8,31% (UFPR) e 9,55% (UFSC)”.

GASTOS COM LUZ E ÁGUA

UFRJ - 14,73%

UFRGS - 11%

UFMG - 11,63%

UFPR - 8,31%

UFSC - 9,55%



“A proporção maior de gastos se justifica pois a UFRJ é, dentre elas, a maior universidade e a que mais possui laboratórios de pesquisa e hospitais, os grandes consumidores de água e energia elétrica.”



E SE ATRASA O PAGAMENTO?

“Quando se paga uma fatura em atraso (e no caso da UFRJ, as faturas tomam proporção de milhões), paga-se juros e multa, em valores que não são desprezíveis. Quando a fatura de um serviço essencial não é paga, corre-se o sério risco de comprometimento das atividades — também essenciais — da instituição devedora.

Além disso, e na maioria das vezes, a discussão é levada ao judiciário, efetivando-se o pagamento por precatório, com a inescapável incidência de correção monetária, juros de mora e honorários advocatícios, tudo a crescer o valor original da dívida.”

“O recurso ao Poder Judiciário para remediar um quadro de crise orçamentária também eleva custos de outras ordens, tais como o tempo dispendido pelos atores envolvidos e custos administrativos para gerir o impasse.”

“Não nos esqueçamos, ainda, do abalo emocional que acomete as pessoas responsáveis por gerir uma crise dessa magnitude. Fazer parte da rede de atuação para manutenção de serviços essenciais, como água e luz, em uma universidade com mais de mil laboratórios, uma dezena de unidades de saúde e cerca de 70 mil estudantes não é algo trivial.”

DÍVIDAS

“Em 2024, a dívida da UFRJ com a concessionária de energia elétrica chegou a R\$ 35 milhões, incluídas parcelas não quitadas de um acordo administrativo, e com a concessionária de água o débito gira em torno de R\$ 18 milhões.”

DÉBITOS COM CONCESSIONÁRIAS (2024)

Energia elétrica
R\$ 35 milhões

Água
R\$ 18 milhões

EXCELÊNCIA, APESAR DE TUDO

“Apesar das dificuldades decorrentes do subfinanciamento, a UFRJ ocupa posto nas Top 5 universidades federais do país, ao lado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), segundo o Academic Ranking of World Universities 2024.”

“Outro indicador da excelência da UFRJ é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), desenvolvido pelo Inep e corresponde à média das notas dos cursos de graduação e dos conceitos Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), ponderadas pelo número de matrículas de cada curso.”

“Tanto a UFRJ como as outras quatro universidades que integram o citado Top 5 receberam a nota máxima de IGC – 5 – no último levantamento realizado em 2023 que considerou o ciclo avaliativo do Enade (2019, 2021, 2022).”

GANHOS

“Os ganhos sociais e econômicos obtidos por uma nação que investe adequadamente em educação estão comprovados. Os três principais indicadores para avaliação do índice de desenvolvimento humano da ONU são saúde, escolaridade e renda.”

EXEMPLO DA USP

“A USP é a universidade brasileira mais bem ranqueada entre as 2,5 mil avaliadas pelo Academic Ranking of World Universities 2024. Sua fonte de financiamento está legalmente atrelada à arrecadação do ICMS. Do montante repassado pelo Governo do Estado de São Paulo às instituições, 5,02% são destinados para a USP, 2,34% para a Unesp e 2,19% para a Unicamp.”

DEBATE NECESSÁRIO

“Ao lado dessas premissas, consideramos adequada uma atuação plurinstitucional em torno do tema. Há outros atores, além das Ifes, MEC, Ministério da Fazenda, Congresso Nacional e TCU, que podem contribuir para a elaboração de diagnóstico efetivo e plano de ação para a crise, que não é limitada à UFRJ. Quando agentes com diferentes expertises pensam em conjunto, ideias criativas surgem e o debate se qualifica.”



PROPOSTAS

“Equacionamento das fontes de custeio público, aprimoramento da captação de receitas próprias, aperfeiçoamento da legislação do ensino superior com vinculação de repasse de percentuais mínimos e formação de uma rede plurinstitucional são exemplos de propostas corretivas que trazemos para o debate de soluções.”

“O modelo das estaduais paulistas é plenamente exitoso. Estão crescendo cada vez mais.”

ROBERTO MEDRONHO
Reitor da UFRJ

como assegurar que um período de crise econômica não vai acarretar uma crise orçamentária também às universidades?”, questiona.

Uma forma de evitar eventuais dificuldades em tempos de “vacas magras” seria a criação de fundos patrimoniais, também citados no texto da procuradora. “Essas são propostas que devem andar em consonância: receita a partir da arrecadação e fundos para casos excepcionais de restrição orçamentária”, afirma.

Letícia sugere que os recursos das universidades federais sejam vinculados à aplicação de percentual sobre a receita líquida total da União, “partindo da soma de todos os impostos

arrecadados”. Ou pelo menos, sobre a arrecadação dos impostos de maior volume, como IRPF (da Pessoa Física) e IRPJ (de Pessoa Jurídica).

Diretor do Instituto de Economia, o professor Carlos Frederico Leão Rocha também expressa preocupação com um modelo de financiamento semelhante ao das instituições paulistas: “O problema é que o financiamento sofre flutuação de acordo com o nível de atividade econômica. O sistema precisa estar pronto para fazer os ajustes necessários, inclusive nos salários. Porque lá os salários também são pagos por este orçamento. Fazer este tipo de ajuste nunca é muito simples”, observa.

ORÇAMENTO INTERNO

Enquanto ainda não existe uma solução, a UFRJ precisa lidar com a dura realidade. Sem receitas aprovadas pelo Congresso Nacional — a previsão é que o orçamento da União seja votado apenas em março —, toda a administração pública está sobrevivendo com duodécimos mensais da PLOA (Proposta de Lei Orçamentária) encaminhada pelo governo para a discussão de deputados e senadores.

No caso da maior federal do país, os dois primeiros duodécimos de 2025 foram consumidos quase integralmente por despesas ainda do ano passado, informou o pró-reitor de Finanças, professor Helios Malebranche,

ao Consuni do dia 13.

A PLOA reserva para a UFRJ R\$ 324 milhões para o funcionamento das atividades. “Isso é absolutamente insuficiente”, disse Medronho. Além disso, a reitoria já prevê a perda de R\$ 18 milhões com a recente mudança da Desvinculação das Receitas da União (DRU), noticiada na edição anterior do Jornal da AdUFRJ. “E o que já era insuficiente ficou mais complicado ainda”, completou.

O reitor quer formar uma comissão do Conselho Universitário para discussão do orçamento interno de 2025. “E tentamos construir uma proposta para 2025 que não traga tantos problemas como no ano anterior”, completou.

VIVA UFRJ

> Oito projetos da universidade venceram edital da Finep para preservação de acervos. Serão mais de R\$ 15 milhões para restaurar preciosidades culturais, históricas e científicas

RENAN FERNANDES
comunica@adufrj.org.br

Uma vitória para a UFRJ! Oito subprojetos da universidade foram selecionados na chamada final do edital Recuperação e Preservação de Acervos da Finep e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao todo, R\$ 15.597.740,45 serão investidos na restauração, pesquisa e divulgação de acervos científicos, históricos e culturais. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

“É um compromisso com a preservação do nosso passado, a valorização do presente e o investimento no futuro”, celebrou a professora Christine Ruta, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2) e o Fórum assumiram papel central na articulação da participação da UFRJ no edital. “Mais do que um aporte financeiro, trata-se de garantir às novas gerações o acesso e a continuidade dos acervos de uma das mais importantes universidades do Brasil, assegurando que a UFRJ continue sendo um espaço de produção de conhecimento, cultura e inovação”, completou a docente.

O edital é parte do Programa Identidade Brasil, que busca a recuperação e a preservação de acervos de institutos de ciência e tecnologia. O investimento prevê a modernização de infraestruturas, como a manutenção e a compra de equipamentos e materiais, a implementação de ações para prevenção de riscos ao patrimônio, além da capacitação de pessoal no campo museológico e de gestão.

Dos oito subprojetos da UFRJ aprovados, três são vinculados ao Museu Nacional, dois ao Centro de Ciências e Saúde, dois ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) e um em conjunto ligado à Escola de Belas Artes e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. “Nosso objetivo foi maximizar a inclusão de diferentes institutos da UFRJ, ampliando o impacto da proposta”, afirmou Ruta.

Os subprojetos de recuperação de acer-

vos histórico e cultural do SIBI e da EBA/FAU terminaram nas duas primeiras colocações em todo o país. O professor Daniel Aguiar, do departamento de Arte e Preservação da Escola de Belas Artes, foi um dos responsáveis pelo subprojeto que vai receber R\$ 1.984.858,54. A verba vai possibilitar a compra de um equipamento de fluorescência de raios-x. “Essa técnica é o estado da arte da análise de pigmentos no mundo. Vai colocar a EBA em outro patamar na análise de obras de arte”, disse com otimismo o docente.

Aguiar exaltou a importância dos acervos das duas instituições. “Temos acervos que são de interesse nacional porque contam a história do ensino de arte e de arquitetura no Brasil”, explicou. Localizado no sétimo andar do edifício Jorge Moreira Machado, o museu Dom João VI conta com três mil obras e guarda parte do acervo de obras de arte que a família real portuguesa trouxe para o Brasil em 1808. O projeto prevê a caracterização de aproximadamente 500 obras da pinacoteca do museu.

A EBA é um dos quatro centros de formação em conservação e restauração de bens patrimoniais do país. Para o professor, o novo equipamento pode representar um ponto de inflexão para a escola. “Estamos muito felizes e com a expectativa de ter muito trabalho com nossos alunos e em cooperação com pesquisadores de outras instituições”.

MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional receberá um investimento de R\$ 5.057.768,55. Dois subprojetos são voltados aos acervos científicos e vão financiar a preservação das coleções de Zoologia, Botânica e Geopaleontologia do museu. O terceiro projeto envolve as coleções de Antropologia, chamadas histórico-artísticas.

“Vamos trabalhar para recuperar o material que conseguimos coletar nos escombros do palácio”, disse o professor Alexander Kellner, diretor do museu. O planejamento ainda prevê a aquisição de novos itens.

Apesar da alegria pela chegada de novos investimentos, o diretor reiterou a necessidade de mais recursos para a

ARQUIVO ADUFRJ



FERNANDO SOUZA

reforma dos prédios afetados pelo incêndio. “Vamos entregar uma fase das obras ainda este ano, mas precisamos de verbas para continuar”, pediu Kellner.

O professor tem trabalhado para incluir o dia 2 de setembro — data do incêndio no Museu Nacional em 2018 — no calendário nacional como o Dia de reflexão para os acervos científicos e históricos.

COLEÇÕES ACESSÍVEIS

Kellner comemorou a chegada de novos recursos que vão possibilitar a digitalização dos acervos. “Estamos lutando para recompor nosso acervo, mas de forma diferente da que fazíamos no passado. A criação de um arquivo digital das coleções é um dos pontos principais que todo museu de grande porte procura fazer”.

Tornar os itens do museu acessíveis para um pesquisador em qualquer parte do mundo é um dos objetivos dos projetos. “Uma pessoa, em três ou quatro cliques, pode chegar na coleção e saber exatamente o que o Museu Nacional tem, onde está localizado e como está preservado”, explicou Kellner.

O docente destacou ainda a complexidade e os custos do trabalho de digitalização. “Escanear e fotografar é fácil, o mais difícil é armazenar os dados com segurança. Isso é importante e caro”. A criação de um acervo digital descentralizado é fruto também do ensinamento que a tragédia de 2018 deixou. “Infelizmente, aprendemos muito na dor. A ideia é ter servidores em locais diferentes. Caso aconteça algo com um, os dados estão seguros em outro lugar”, disse o diretor.

A historiadora da arte Juana Nunes, diretora de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica do MCTI, defendeu a digitalização dos acervos como um benefício para a sociedade brasileira. O edital estabelece que os dados dos acervos vão integrar a plataforma do Instituto Brasileiro de Museus. “É uma possibilidade de popularização dos acervos, de garantir o acesso aos pesquisadores e às pessoas que moram longe dos museus”, disse em live sobre a chamada pública. “Manter a memória é a essência de qualquer museu, mas suas atividades educativas de divulgação científica também são fundamentais”, completou.